

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Desempenho: No exercício o Banco apresentou um lucro de R\$ 618.779 mil, correspondente a R\$ 109.305,60 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 244.831 mil. Em 31 de dezembro de 2019 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 900.555,70 com aumento de 13,53% em relação ao exercício anterior.

Índice de Basileia: O Banco adota a apuração do índice de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base o Conglomerado Prudencial, de acordo com as

diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 19,34%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 5.433.264 mil e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 2.247.321 mil.

Gerenciamento de Risco: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de riscos e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <https://www.jpmorgan.com/country/BR/PT/disclosures>. A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do

Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678 também estão disponíveis no site anteriormente mencionado.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado Financeiro, sendo composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 17 de março de 2020.

São Paulo, 17 de março de 2020

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota
Circulante		43.292.604	45.820.103	Circulante	
Disponibilidades		20.749	34.437	Depósitos	16a
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	31.229.793	21.629.692	Depósitos à vista.....	341.885
Aplicações no mercado aberto.....		31.094.745	21.607.756	Depósitos interfinanceiros.....	1.014.099
Aplicações em moeda estrangeira.....		135.048	21.936	Depósitos a prazo.....	3.061.690
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	6.721.776	15.158.054	Captações no mercado aberto	16b
Carteira própria.....		3.885.565	8.670.064	Carteira própria.....	-
Vinculados a compromissos de recompra.....		-	243.594	Carteira de terceiros.....	10.538.320
Vinculados à prestação de garantias.....		2.217.284	2.811.319	Carteira livre movimentação.....	162.209
Instrumentos financeiros derivativos.....		618.927	3.433.077	Captação COE.....	32.839
Relações interfinanceiras e interdependências ..		4.372	3.374	Relações interdependências	
Depósitos no Banco Central.....		4.372	3.374	Recursos em trânsito de terceiros.....	74.885
Operações de crédito	9	730.839	628.646	Obrigações por empréstimos	17
Empréstimo de ações.....		3.013	21.531	Empréstimos no exterior.....	15.328.827
Setor privado.....		728.985	608.012	Instrumentos financeiros derivativos	8
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ..		(1.159)	(897)	Instrumentos financeiros derivativos.....	859.136
Outros créditos		4.582.504	8.363.859	Outras obrigações	
Carteira de câmbio.....	11	4.036.572	7.868.271	Cobrança e arrecadação	
Rendas a receber.....		101.917	40.310	de tributos e assemelhados.....	12.210
Negociação e intermediação de valores.....	10	153.581	262.840	Carteira de câmbio.....	11
Diversos.....	12a	294.712	195.599	Sociais e estatutárias.....	21.487
Provisão para outros créditos				Fiscais e previdenciárias.....	12b
de liquidação duvidosa.....		(4.278)	(3.161)	Negociação e intermediação de valores.....	10
Outros valores e bens		2.571	2.041	Diversas.....	12c
Despesas antecipadas.....		2.571	2.041	Exigível a longo prazo	
Realizável a longo prazo		3.837.463	2.858.004	Depósitos	16a
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	2.224.789	1.424.545	Depósitos interfinanceiros.....	3.886.471
Carteira própria.....		759.582	-	Depósitos a prazo.....	1.380.457
Instrumentos financeiros derivativos.....		1.465.207	1.424.545	Captações no mercado aberto	16b
Operações de crédito	9	608.063	549.634	Captação COE.....	361.764
Setor privado.....		611.295	549.705	Instrumentos financeiros derivativos	8
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ..		(3.232)	(71)	Instrumentos financeiros derivativos.....	3.540.526
Outros créditos		1.004.611	883.825	Outras obrigações	
Diversos.....	12a	1.014.376	893.590	Fiscais e previdenciárias.....	12b
Provisão para outros créditos				Diversas.....	12c
de liquidação duvidosa.....		(9.765)	(9.765)	Resultados de exercícios futuros	
Permanente		1.465.051	1.271.183	Patrimônio líquido	20
Investimentos		1.341.839	1.135.111	Capital social.....	5.098.046
Participações em controladas no país.....	13	1.338.610	1.132.940	De domiciliados no país.....	2.810.981
Outros investimentos.....		3.599	2.541	De domiciliados no exterior.....	6.644
Provisão para perdas.....		(370)	(370)	Aumento de capital.....	2.676.837
Imobilizado de uso		117.485	130.345	Reservas de capital.....	127.500
Imóveis de uso.....	14	90.352	89.502	Reservas de lucros.....	46.642
Outras imobilizações de uso.....		119.275	123.767	Ajustes de avaliação patrimonial.....	2.245.313
Depreciações acumuladas.....		(92.142)	(82.924)	Ações em tesouraria.....	50
Intangível	15	5.727	5.727		(4.940)
Outros ativos intangíveis.....		5.727	5.727	Total do passivo e patrimônio líquido	48.595.118
Total do ativo		48.595.118	49.949.290		49.949.290

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)											
Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total	
	Capital social	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária					
Em 31 de dezembro de 2017	2.453.981	-	24.939	12.685	199.224	1.602.479	2.686	-	(4.940)	4.291.054	
Aumento de capital.....	20	229.500	-	-	-	-	-	-	-	229.500	
Pagamento baseado em ações.....	22	-	-	4.953	-	-	-	-	-	4.953	
Ajuste de avaliação patrimonial.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Variação do ajuste ao valor de mercado ...		-	-	-	-	-	(10.011)	-	-	(10.011)	
Juros sobre capital próprio (R\$ 47.694,75) ..	20	-	-	-	-	(270.000)	-	-	-	(270.000)	
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	-	-	244.831	-	244.831	
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal.....	20	-	-	-	12.242	-	-	(12.242)	-	-	
Reserva estatutária.....	20	-	-	-	-	232.589	-	(232.589)	-	-	
Em 31 de dezembro de 2018	2.453.981	229.500	24.939	17.638	211.466	1.565.068	(7.325)	-	(4.940)	4.490.327	
Aumento de capital.....	20	229.500	(102.000)	-	-	-	-	-	-	127.500	
Pagamento baseado em ações.....	22	-	-	-	3.007	-	-	-	-	3.007	
Atualização de reservas de capital.....		-	-	-	1.058	-	-	-	-	1.058	
Ajuste de avaliação patrimonial.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Variação do ajuste ao valor de mercado ...		-	-	-	-	-	7.375	-	-	7.375	
Juros sobre capital próprio											
(R\$ 26.497,09 por ação).....	20	-	-	-	-	-	-	(150.000)	-	(150.000)	
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	-	-	618.779	-	618.779	
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal.....	20	-	-	-	30.939	-	-	(30.939)	-	-	
Reserva estatutária.....	20	-	-	-	-	437.840	-	(437.840)	-	-	
Em 31 de dezembro de 2019	2.683.481	127.500	24.939	21.703	242.405	2.002.908	50	-	(4.940)	5.098.046	
Em 30 de junho de 2019	2.683.481	-	24.939	18.696	218.410	1.565.068	(190)	131.943	(4.940)	4.637.407	
Aumento de capital.....	20	-	127.500	-	-	-	-	-	-	127.500	
Pagamento baseado em ações.....	22	-	-	-	3.007	-	-	-	-	3.007	
Ajuste de avaliação patrimonial.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Variação do ajuste ao valor de mercado ...		-	-	-	-	-	240	-	-	240	
Juros sobre capital próprio											
(R\$ 26.497,09 por ação).....	20	-	-	-	-	-	-	(150.000)	-	(150.000)	
Lucro líquido do semestre.....		-	-	-	-	-	-	479.892	-	479.892	
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal.....	20	-	-	-	23.995	-	-	(23.995)	-	-	
Reserva estatutária.....	20	-	-	-	-	437.840	-	(437.840)	-	-	
Em 31 de dezembro de 2019	2.683.481	127.500	24.939	21.703	242.405	2.002.908	50	-	(4.940)	5.098.046	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Banco J.P. Morgan S.A. (“Banco” ou “Instituição”), localizado em São Paulo, está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2020.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638 e 11.941, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É ajustado pelo regime de competência.

(b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria “Títulos para negociação”, relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e “Títulos disponíveis para venda”, que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros derivativos, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados, *swaps*, termos e outros derivativos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. • Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). • Opções: modelo de precificação *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável. • Futuros: cotações e taxas publicadas pela B3. • Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreamento previstos pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. • CVA (*Credit Valuation Adjustment*): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se

chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos das Resoluções nºs 2.682 e 4.512 do CMN.

(d) Permanente - É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:• As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. • A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem *periodicidade* anual. • O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Instituição. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). São realizados testes na linha de Outros Ativos Intangíveis, seguindo metodologia acordada pela regulamentação (CPC 01).

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais – os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(g) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% para o ano corrente. A partir de março de 2020, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente será calculada à alíquota de 20%, conforme Emenda Constitucional nº 103. Até 31 dezembro de 2018, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169. Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os

A Diretoria				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	Segundo semestre 2019	Exercícios findos em 31 de dezembro 2019	2018
Receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito		1.473.007	3.105.546	3.546.073
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		44.602	86.885	97.414
Resultado das aplicações compulsórias		1.112.541	2.337.133	2.919.383
Resultado de operações de câmbio		1.561	2.946	11.125
		314.303	678.582	518.151
Despesas da intermediação financeira				
Operações de captações no mercado ...		(957.072)	(2.158.461)	(2.805.785)
Operações de empréstimos e repasses		(496.139)	(1.101.937)	(1.035.922)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8f	(334.342)	(462.642)	(2.086.368)
Reversão/(provisão) para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa		8f (135.711)	(585.371)	319.391
	9e	9.120	(8.511)	(2.886)
Resultado bruto da intermediação financeira				
		515.935	947.085	740.288
Outras receitas/(despesas) operacionais				
Receitas de prestação de serviços	23f	71.336	(121.374)	(360.847)
Despesas de pessoal		461.710	671.018	432.985
Resultado de participações em controladas	13	(369.471)	(718.833)	(665.778)
Outras despesas administrativas	23c	152.619	232.387	120.960
Despesas tributárias		(111.999)	(208.070)	(214.769)
Outras receitas operacionais	23d	(67.575)	(106.187)	(77.999)
Outras despesas operacionais	23d	25.404	43.196	119.865
		(19.352)	(34.885)	(76.111)
Resultado operacional		587.271	825.711	379.441
Resultado não operacional		(130)	(202)	(3.557)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		587.141	825.509	375.884
Imposto de renda e contribuição social	19	(96.314)	(185.064)	(114.514)
Provisão para imposto de renda		(111.349)	(117.071)	(63.848)
Provisão para contribuição social		(67.320)	(67.320)	4.095
Ativo fiscal diferido		82.355	(673)	(54.761)
Participações no lucro	23e	(10.935)	(21.666)	(16.539)
Lucro líquido do semestre/exercício		479.892	618.779	244.831
Número de ações	20	5.661	5.661	5.661
Lucro por ação do semestre/exercício - R\$		84.771,60	109.305,60	43.248,72

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Risco de mercado - É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (*commodities*). O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de Risco de Mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado. As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle.

(b) Risco operacional - É o risco associado a processos internos falhos ou inadequados, falhas humanas ou de sistemas, ou eventos externos. Risco operacional inclui o risco de segurança cibernética, continuidade de negócios ou tecnologia, risco de fraudes em pagamentos e terceirização de atividades. O risco operacional é inerente às atividades do Conglomerado e pode manifestar-se de várias formas incluindo atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas regulatórias ou outras penalidades. Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Conglomerado possui um arcabouço de gestão de risco, definido de forma a promover um ambiente efetivo para o controle de riscos. Os componentes principais deste arcabouço são: monitoramento e comunicação, identificação e avaliação, medição, e governança. A área de gestão de risco é responsável por prescrever o arcabouço acima mencionado além de prover uma supervisão independente, enquanto que as linhas de negócio e as funções corporativas são as áreas responsáveis pela implementação. O Conglomerado mantém uma supervisão da execução das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem ferramentas específicas utilizadas em todo o Conglomerado e alinhadas com a matriz. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação e permitir escalar eventos significativos, riscos emergentes e garantir a solução dos problemas relacionados aos riscos operacionais identificados.

(c) Risco de liquidez - É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de indicador mínimo aplicado aos ativos de alta liquidez do Conglomerado.

(d) Risco de crédito - É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da área de crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*), aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes, monitoramento e gerenciamento da respectiva utilização dos limites, e implementação de ações de adequação dos riscos frente a potencial deterioração do crédito. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.

(e) Gerenciamento de capital - É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, assegurando nível adequado de capitalização em conformidade com as diretrizes regulatórias e permitindo ao Conglomerado implementar suas estratégias de negócios. As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são: mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado, utilizando sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 20.749 (2018 – R\$ 34.437) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 31.094.745 (2018 – R\$ 21.607.756) (Nota 6).

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2019	2018
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas.....	31.094.745	21.607.756
Posição bancada	20.394.269	14.263.184
Posição financiada.....	10.538.320	7.096.471
Posição vendida.....	162.156	248.101
Aplicações em moeda estrangeira	135.048	21.936
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	31.229.793	21.629.692

7. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado 2019	Valor de mercado 2018
Títulos para negociação	6.093.968	8.881	6.102.849	10.976.025
Carteira própria	3.884.521	1.044	3.885.565	7.921.112
LFT	110.238	(3)	110.235	1.014.590
LTN	1.026.229	23	1.026.252	3.504.881
NTN-B.....	98.394	1.098	99.492	212.793
NTN-C	-	-	-	557
NTN-F.....	24.121	90	24.211	776.674
Cotas de fundos de investimentos.....	2.611.604	-	2.611.604	2.334.809
Ações	13.935	(164)	13.771	76.808
Vinculados à prestação de garantias	2.209.447	7.837	2.217.284	2.811.319
LFT	458.027	(20)	458.007	127.968
LTN	342.832	209	343.041	1.928.252
NTN-B.....	732.967	5.080	738.047	206.450
NTN-C	3.437	787	4.224	3.295
NTN-F.....	638.718	1.781	640.499	513.855
Cotas de fundo de investimentos	33.466	-	33.466	31.499
Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	243.594
LTN	-	-	-	243.594
Títulos disponíveis para venda	759.491	91	759.582	748.952
Carteira própria	759.491	91	759.582	748.952
Debêntures	759.491	91	759.582	748.952
Total da carteira de TVM.....	6.853.459	8.972	6.862.431	11.724.977

(b) Cotas de fundos de investimentos - As cotas de fundos de investimento estão representadas, principalmente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

	Ativo/(Passivo) 2019	Ativo/(Passivo) 2018
Fundo de investimento - exclusivo	2.611.604	2.331.778
Títulos e valores mobiliários e operações compromissadas	2.774.708	2.372.424
Ações.....	304.065	1.127.597
LTN	-	193.977
NTN-B.....	2.597.068	1.786.178
Credores por empréstimos de ações	(174.129)	(997.731)
Direitos por empréstimos de ações	47.704	262.403
Mercado futuro	227	15.564
Futuro – DI.....	581	250
Futuro – Win	(2.566)	-
Futuro – índice	4.639	7.998
Futuro – ISP	(2.427)	7.316
Outros derivativos	(99.755)	(36.397)
Outros derivativos	(99.755)	(36.397)
Opções	(67.192)	6.140
Ações.....	1.219	30.082
Ibovespa	(10.259)	(10.913)
Flexíveis.....	(58.152)	(13.029)
Diversos	3.598	(25.978)
Valores a receber/a pagar	3.598	(25.978)
Disponibilidades	18	25
Outros fundos	33.466	34.530
Total cotas de fundos de investimento	2.645.070	2.366.308

(c) Composição por prazos de vencimentos – TVM

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	2.625.375	83.951	879.595	961.862	94.364	4.645.147
Vinculados à prestação de garantias	33.466	366	73.752	883.402	1.226.298	2.217.284
Total da carteira – 2019	2.658.841	84.317	953.347	1.845.264	1.320.662	6.862.431
Total da carteira – 2018	2.443.116	2.613.222	2.223.341	2.469.871	1.975.427	11.724.977

8. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2019	Valor nominal 2018
Operações de swap	549.301	40.117.297	549.301	28.577.333
Taxa de juros	141.400	147.232	12.166.526	9.360.156
Moeda	90.410	687.112	6.518.270	5.667.185
Outros	320.233	1.900.613	21.432.501	13.549.992
Ajustes prudenciais¹	(2.742)	16.224	-	-
Operações com opções	890.360	897.282	19.875.219	26.027.801
Compra de opção:	890.360	-	10.426.234	12.984.909
Compra de dólar	802.862	-	7.208.562	8.461.247
Compra de índice de ação	28.255	-	273.748	337.102
Compra de ação	6.780	-	151.398	79.350
Compra de <i>commodities</i>	33.104	-	398.863	-
Venda de dólar	19.330	-	1.858.651	4.021.560
Venda de <i>commodities</i>	6.727	-	535.012	-
Venda de ação	-	-	-	85.650
Ajustes prudenciais¹	(6.698)	-	-	-
Venda de opção:	-	897.282	9.448.985	13.042.892
Compra de dólar	-	788.759	5.380.552	5.570.096
Compra de índice de ação	-	29.504	273.748	323.873
Compra de ação	-	11.903	151.620	126.686
Compra de <i>commodities</i>	-	33.104	398.863	-
Venda de dólar	-	27.230	2.699.227	6.988.619
Venda de índice de ação	-	3	9.800	-
Venda de <i>commodities</i>	-	6.727	535.012	-
Venda de ação	-	2	163	33.618
Ajustes prudenciais¹	-	50	-	-
Operações com futuros	49.692	169.658	59.784.324	58.032.207
Posição comprada	32.102	130.173	39.662.429	31.585.819
Cupom cambial – DDI	-	111.602	14.729.414	17.482.437
DI de 1 dia	11.225	216	12.539.857	9.061.009
Moedas	-	18.355	5.362.929	3.221.758
Cupom IPCA	20.877	-	7.030.229	1.820.615
Posição vendida	17.590	39.485	20.121.895	26.446.388
Cupom cambial – DDI	17.068	-	3.371.044	1.134.359
DI de 1 dia	96	20.073	16.582.739	24.824.280
Moedas	282	19.412	37.901	38.413
Cupom IPCA	144	-	130.211	449.336
Operações a termo	116.321	116.346	116.329	2.786.736
Posição comprada - títulos	54.865	54.873	54.873	1.402.845
Posição vendida - títulos	61.456	61.473	61.456	1.383.891
Outros derivativos	528.152	634.853	25.330.979	26.544.379
Moedas	414.624	514.651	23.044.273	25.491.607
<i>Commodities</i>	12.076	11.841	351.762	48.011
Outros	101.873	108.306	1.934.944	1.004.761
Ajustes prudenciais¹	(421)	55	-	-

¹ Referem-se a ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na Nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)). Os valores a receber e a pagar de operações de swap, operações a termo, opções e outros derivativos estão registrados na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” e de operações de futuros na rubrica de “Negociação e intermediação de valores”. Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado 2019	Valor de mercado 2018
Ativo	2.137.783	(53.604)	2.084.134	4.857.622
Operações de <i>swap</i>	599.711	(50.410)	549.301	504.451
Operações a termo	116.329	(8)	116.321	2.786.648
Prêmio de opções	1.048.950	(158.590)	890.360	1.028.271
Outros derivativos	372.748	155.404	528.152	538.252
Passivo	3.961.843	437.819	4.399.662	6.856.985
Operações de <i>swap</i>	2.322.669	428.512	2.751.181	2.431.706
Operações a termo	116.329	17	116.346	2.786.564
Prêmio de opções	867.102	30.180	897.282	1.025.173
Outros derivativos	655.743	(20.890)	634.853	613.542

(c) Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2019	Total 2018
Operações de <i>swap</i>	2.782.622	11.268.291	9.546.575	16.519.809	40.117.297	28.577.333
Operações com opções - comprada	1.615.626	3.813.678	1.074.958	3.921.972	10.426.234	12.984.909
Operações com opções - vendida	1.145.311	3.306.736	1.074.966	3.921.972	9.448.985	13.042.892
Operações de futuros - comprada	11.942.187	9.630.509	4.616.797	13.472.936	39.662.429	31.585.819
Operações de futuros - vendida	2.255.684	6.786.474	5.949.417	5.130.320	20.121.895	26.446.388
Operações a termo - comprada	54.873	-	-	-	54.873	1.402.845
Operações a termo - vendida	61.456	-	-	-	61.456	1.383.891
Outros derivativos	7.555.122	12.438.569	4.959.186	378.102	25.330.979	26.544.379

(d) Valor nominal por local de negociação

	Bolsas	Balcão (Cetip/Selic)	Total 2019	Total 2018
Operações de <i>swap</i>	10.162.845	29.954.452	40.117.297	28.577.333
Operações com opções - comprada	-	10.426.234	10.426.234	12.984.909
Operações com opções - vendida	10.185	9.438.800	9.448.985	13.042.892
Operações de futuros - comprada	39.662.429	-	39.662.429	31.585.819
Operações de futuros - vendida	20.121.895	-	20.121.895	26.446.388
Operações a termo - comprada	-	54.873	54.873	1.402.845
Operações a termo - vendida	-	61.456	61.456	1.383.891
Outros derivativos	-	25.330.979	25.330.979	26.544.379

(e) Valor nominal por contraparte

	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação	Total 2019	Total 2018
Operações de <i>swap</i>	69.465	17.598.096	6.025.072	6.261.819	10.162.845	40.117.297	28.577.333
Operações com opções	-	8.517.071	3.759.490	7.588.473	10.185	19.875.219	26.027.801
Operações de futuros	-	-	-	-	59.784.324	59.784.324	58.032.207
Operações a termo	-	-	46.880	69.449	-	116.329	2.786.736
Outros derivativos	-	14.296.380	2.649.649	8.384.950	-	25.330.979	26.544.379

(f) Resultado por produto

	Resultado líquido 2019	Resultado líquido 2018
	(585.371)	319.391
Operações de <i>swap</i>	23.887	(924.915)
Operações com opções	64.375	86.483
Operações de futuros	(361.180)	1.145.158
Operações a termo	(146)	(561)
Outros derivativos	(312.307)	13.226

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 2.183.818 (2018 – R\$ 2.779.820), registradas como vinculados à prestação de garantias.

9. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram definidas de acordo com o estabelecido pela Resolução nº 2.682 do CMN. A carteira de crédito é composta por empréstimos no montante de R\$ 619.391 (2018 – R\$ 482.048), títulos descontados no montante de R\$ 239.041 (2018 – R\$ 251.531), financiamentos no montante de R\$ 481.848 (2018 – R\$ 424.138) e empréstimos de ações no montante de R\$ 3.013 (2018 – R\$ 21.531) classificados em Operações de crédito e por adiantamentos sobre contrato de câmbio no montante de R\$ 1.392.842 (2018 – R\$ 700.364), classificados em carteira de câmbio.

(a) Concentração de crédito

	2019	2018
Principal devedor	934.881	362.446
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %	34%	19%
Dez maiores devedores	2.119.342	1.394.140
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %	77%	74%

(b) Composição por segmento e setor econômico

	2019				
	Comércio	Indústria	Serviços	Instituição financeira	Pessoa física
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de títulos e conta garantida.....	116.213	496.908	238.121	-	-
Pessoa jurídica – importação e exportação	100.719	1.412.424	-	-	-
Pessoa jurídica – outros	-	-	361.545	3.013	-
Pessoa física – outros	-	-	-	-	7.192
Total	216.932	1.909.332	599.666	3.013	7.192

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019 foram aprovados os seguintes eventos: (i) Distribuição de juros sobre capital próprio da J.P.Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários no montante de R\$ 20.000. O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 3.000. (ii) Distribuição de juros sobre capital próprio da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. no montante de R\$ 45.000, cujo montante foi reinvestido no capital da entidade pagadora após dedução do imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% no valor de R\$ 6.750. Em 2018, o Banco J.P. Morgan S.A. recebeu dividendos da J.P.Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários no montante de R\$ 150.000, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018.

14. Imobilizado de uso: “Imóveis de uso” estão representados por edificações, no valor de R\$ 44.149 (2018 – R\$ 43.299) e terrenos, no valor de R\$ 46.203 (2018 – R\$ 46.203). “Outras imobilizações de uso” estão representadas, principalmente, por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 82.122 (2018 – R\$ 82.115), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 35.111 (2018 – R\$ 39.294).

15. Ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição da carteira da J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R\$ 3.227 (2018 – R\$ 3.227) e aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (2018 – R\$ 2.500). Para avaliação do valor recuperável do ativo intangível (teste de *impairment*) foi utilizada a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios futuros. Com base nessa avaliação, não houve perdas por desvalorização reconhecido no resultado nos exercícios de 2019 e 2018.

16. Depósitos e captações

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2019	Total 2018
Depósitos à vista	341.885	-	-	-	341.885	176.060
Depósitos interfinanceiros	1.014.099	-	1.283.028	97.429	2.394.556	1.660.397
Depósitos a prazo	1.205.972	1.855.718	970.912	1.535.102	5.567.704	5.962.498
Total	2.561.956	1.855.718	2.253.940	1.632.531	8.304.145	7.798.955

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total 2019	Total 2018
Operações compromissadas - carteira própria	-	-	-	-	242.870
Operações compromissadas - carteira de terceiros..	10.538.320	-	-	10.538.320	7.096.471
Operações compromissadas - carteira livre movimentação	162.209	-	-	162.209	262.832
Captações COE.....	-	32.839	361.764	394.603	268.872
Total	10.700.529	32.839	361.764	11.095.132	7.871.045

17. Obrigações por empréstimos no exterior: São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 15.328.827 (2018 – R\$ 14.327.908) com vencimentos entre janeiro de 2020 e junho de 2020 (em dezembro de 2018, as operações possuíam vencimento até agosto de 2019). As taxas de juros para as captações em dólar variam de 1,33% até 2,45% ao ano (2018 – 1,64% até 2,65%). De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN, em 31 de dezembro de 2019, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data-base o Banco possui operações com derivativos negociados na B3 realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido à variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria um aumento de R\$ 27.266 (2018 – aumento de R\$ 2.694).

18. Passivos contingentes e obrigações legais: As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2019	2018	2019	2018
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais	665.400	655.913	444.534	436.036
Cíveis	21.581	21.655	71.467	69.613
Trabalhistas	10.955	12.623	34.315	37.601
Total	697.936	690.191	550.316	543.250

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias		Obrigações legais e outros		passivos contingentes		Total 2019	Total 2018
	Cíveis	Trabalhistas						
Saldo inicial	69.613	37.601			436.036		543.250	581.172
Despesas financeiras – juros	-	-	2.350	12.884	11.148	-	15.884	20.812
Constituições	246	3.439	-	-	-	3.685	48.065	-
Anistia	-	-	-	-	-	-	(21.940)	-
Reversões.....	(416)	(3.781)	-	(2.650)	(6.847)	-	(15.694)	(51.504)
Pagamentos.....	(326)	(5.330)	-	-	(5.656)	(33.355)	(39.317)	(33.355)
Saldo final	71.467	34.315			444.534		550.316	543.250

(c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais - A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (ii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes - A Instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 121.648 (2018 – R\$ 115.179); (ii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 917 (2018 – R\$ 50.615); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 917 (2018 – R\$ 881); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários para os anos de 2010 a 2012 R\$ 42.153 (2018 – R\$ 39.553); e (v) outros casos que totalizam R\$ 7.684 (2018 – R\$ 7.403).

(e) Ações trabalhistas - Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 144.871 (2018 – R\$ 145.930).

(f) Ações cíveis - O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza civil decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Banco possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços.

As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Banco por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos, que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal no início de 2018. Independentemente do acordo, o tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no Supremo Tribunal Federal. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 655 (2018 – R\$ 322).

19. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2019	2018
Diferenças temporárias	423.841	255.637
Contingências	47.602	24.539
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.583	8.512
Provisão para honorários advocatícios.....	7.262	5.993
Provisão para participação nos lucros.....	75.085	60.175
Marcação a mercado – Disponíveis para venda	-	4.883
Marcação a mercado – TVM e derivativos	218.957	97.480
Unidades de ações restritas – RSU	59.565	52.351
Outros.....	3.787	1.704
Prejuízos fiscais e bases negativas.....	38.997	88.001
Total de créditos tributários – ativo	462.838	343.638
IR diferido – MTM – passivo	(124.797)	-

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 295.666 (2018 – R\$ 68.788) sobre diferenças temporárias e R\$ 24.375 (2018 – R\$ 88.001) sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, tendo sido realizado R\$ 127.462 (2018 – R\$ 206.667) sobre diferenças temporárias e R\$ 73.379 sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL. Em 2019, para IR diferido passivo foi constituído o valor de R\$ 124.797. Em 2018, houve realização no valor de R\$ 1.791. A previsão de realização dos créditos tributários no montante R\$ 462.838 é estimada em 35% no 1º ano, 15% no 2º ano, 14% no 3º ano, 4% no 4º ano, 1% no 5º ano, 11% no 6º ano, 2% do 7º ao 8º ano, 10% no 9º e 6% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 376.236 (2018 – R\$ 291.283). Em 2018, o valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, era de R\$ 24.375. A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2019	2018
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido da participação nos lucros.....	803.843	359.345
Juros sobre capital próprio	(150.000)	(20.000)
Resultado ajustado	653.843	89.345
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(261.537)	(40.205)
Resultado de participação em controladas	92.955	54.432
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(18.914)	(25.611)
Efeito CSLL (5%)	31.451	(17.154)
Efeito juros sobre capital próprio recebidos	(26.000)	-
Contingências IRPJ	-	(14.765)
IRPJ e CSLL de períodos anteriores	(28)	(44.988)
Outros.....	(2.991)	(26.223)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	76.473	(74.309)
Resultado de IRPJ e CSLL no exercício	(185.064)	(114.514)

20. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 5.661 (2018 – 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (2018 – 5.470) ordinárias e 191 (2018 – 191) preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2018 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 270.000 (Nota 3 (j)). O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 40.500. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 121.500. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 229.500 para o aumento do capital da Instituição, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2019. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2019 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 150.000 (Nota 3 (j)). O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 22.500. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 60.000. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 127.500 para o aumento do capital da Instituição, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2020.

21. Transações com partes relacionadas

(Grupo J.P. Morgan) - As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, estão representadas abaixo. As entidades J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários são empresas controladas pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro J.P. Morgan. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2019		2018	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Disponibilidade em moeda estrangeira.....	17.382	-	6.478	-
JP Morgan Chase Bank London.....	12.319	-	5.798	-
Banco JPMorgan S.A. Mexico	5.063	-	680	-
Aplicação em moeda estrangeira	135.048	2.155	21.936	40.378
JPMorgan Chase Bank, National Association	135.048	2.155	21.936	40.378
Instrumentos financeiros derivativos	314.783	352.012	167.999	8.331
Atacama Multimercado Fundo de Investimento	114.019	-	38.279	12.795
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	89.001	10.878	75.707	-
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch.....	(71.648)	350.115	(15.488)	6.341
Lawton Multimercado	183.411	(8.981)	69.501	(10.805)
Serviços prestados a receber	94.969	392.786	15.788	229.428
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	419	1.258	105	1.258
JPMorgan Chase Bank, National Association	16.338	68.588	5.508	47.267
J.P. Morgan Securities LLC.....	30.882	68.656	2.409	71.063
J.P. Morgan S.A. DTVM	1.012	11.554	1.917	10.775
J.P. Morgan CCVM S.A.	401	26.898	2.271	25.075
JP Morgan Asset Management (Europe)	-	-	-	1.667
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	2.678	93.531	-	8.165
Lawton Multimercado	3.864	47.232	3.578	46.870
JPMorgan Chase Bank, N.A. – London Branch	12.723	28.315	-	-
J.P. Morgan Securities PLC – Paris Branch	26.652	46.130	-	17.288
JP Morgan Asset Management (Europe)	-	624	-	-
Outros valores a receber/(a pagar)	108.831	(4.550)	6.895	(7.584)
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.....	54	-	(3.372)	-
J.P. Morgan Securities LLC.....	-	(729)	(4.456)	(4.260)
JPMorgan Chase Bank, National Association	109.292	-	15.011	(4.752)
Chase Manhattan Holdings Limitada.....	-	-	18	-
JPMorgan Chase Bank, N.A. – London Branch	(515)	(417)	(443)	1.428
Lawton Multimercado	-	-	137	-
JPMS PLC Madrid Branch.....	-	(3.404)	-	-
Depósitos à vista	(25.982)	-	(9.893)	-
Atacama Multimercado Fundo de Investimento	(19)	-	(25)	-
Lawton Multimercado	(17)	-	(25)	-
Chase Manhattan Holdings Limitada.....	(973)	-	(528)	-
JPMorgan Gávea Gestão de Patrimônio	(216)	-	(390)	-
HCM Participações Brasil Ltda.....	(355)	-	(239)	-
J.P. Morgan CCVM S.A.	(606)	-	(2.166)	-
J.P. Morgan S.A. DTVM	(21.213)	-	(114)	-
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.....	(1.765)	-	(2.462)	-
J.P. Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	(165)	-	(559)	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.	(211)	-	(171)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(184)	-	(93)	-
Gaborone Participações Ltda.....	(258)	-	(308)	-
OEP BRASIL Ltda.	-	-	(2.763)	-
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	-	-	(50)	-
Depósitos a prazo	(123.277)	(91.246)	(1.553.484)	(115.658)
OEP BRASIL Ltda.	-	-	-	(141)
Gaborone Participações Ltda.....	(2.385)	(132)	(2.253)	(138)
Lawton Multimercado	-	(84.597)	(1.444.424)	(108.505)
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	-	(12)	-	-
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.....	(58.514)	(3.580)	(66.955)	(2.330)
JPMorgan Gávea Gestão de Patrimônio	(24.574)	(1.358)	(23.216)	(1.388)
HCM Participações Brasil Ltda.	(37.804)	(1.567)	(16.636)	(3.144)
Norchem Participações e Consultoria S.A.	-	-	-	(3)
Chase Manhattan Holdings Limitada.....	-	-	-	(9)
Depósitos interfinanceiros	(2.285.428)	(123.940)	(1.610.265)	(119.937)
J.P. Morgan S.A. DTVM	(1.214.412)	(70.586)	(793.902)	(66.343)
J.P. Morgan CCVM S.A.	(723.968)	(35.787)	(465.537)	(32.407)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch.....	(347.048)	(17.567)	(350.826)	(21.187)
Obrigações por operações compromissadas	(10.538.321)	(428.611)	(7.339.341)	(353.363)
J.P. Morgan S.A. DTVM	(91.600)	(5.415)	(57.716)	(1.643)
J.P. Morgan CCVM S.A.	(330.300)	(16.061)	(168.349)	(6.715)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch.....	(177.500)	(5.759)	(16.805)	(2.485)
Lawton Multimercado	(7.341.853)	(295.160)	(5.310.292)	(240.616)
Atacama Multimercado Fundo de Investimento	(2.597.068)	(106.216)	(1.786.179)	(101.904)
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(15.328.827)	(297.151)	(14.327.908)	(225.359)
JPMorgan Chase Bank. National Association	(15.328.827)	(297.151)	(14.327.908)	(225.359)
Negociação e intermediação de valores	22.822	(1.444)	(889)	(895)
J.P. Morgan CCVM S.A.	23.425	(1.444)	(388)	(895)
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	(603)	-	(501)	-
Operações de câmbio	1.710	1.165	383	4.728
JPMorgan Chase Bank, National Association - São Paulo Branch.....	1.710	1.165	383	4.728
Despesa de pessoal	(118.163)	(69.773)	(103.620)	(48.238)
JPMorgan Chase & CO.	(118.163)	(69.773)	(103.620)	(48.238)

Para fins de cumprimento da Resolução nº 4.636 do CMN o Banco verificou que não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) Remuneração da administração - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários do Conglomerado. A despesa no exercício com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Salários e encargos.....	27.029	26.097
Participação nos lucros e gratificações	61.738	49.599
Encargos sobre gratificações	27.738	17.961
Planos de aposentadoria e pensão	1.184	1.546
Outros benefícios	1.780	1.603

22. Benefícios

(a) Fundo de pensão - O Banco é um dos patrocinadores da Multiprev Programa Múltiplo de Pensão (“Fundo”), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas

...continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2020



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Banco"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 31 de dezembro de 2019, destacam-se: a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; b. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela Administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o estabelecimento de políticas internas e seu

monitoramento, o processo de auto-avaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro 2019.

São Paulo, 17 de março de 2020